

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, os quais foram elaborados em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

No Brasil operamos, principalmente, como Banco de Atacado e de Investimento, voltados para grandes clientes corporativos. No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 74.551 mil, correspondente a R\$ 0,12 por ação. O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia, tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado"). Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 17,36%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público disponível no endereço: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(em milhares de Reais)

	2018	2017		2018	2017
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	20.924.998	18.462.485	Circulante	15.061.371	11.226.129
Disponibilidades	694.897	403.762	Depósitos	6.396.408	4.945.985
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	11.243.566	8.394.926	Depósitos à vista	681.242	541.939
Aplicações em operações compromissadas	11.105.501	8.014.995	Depósitos interfinanceiros	751.046	662.599
Aplicações em depósitos interfinanceiros	138.065	379.931	Depósitos a prazo	4.964.120	3.741.447
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.883.930	6.137.749	Captações no mercado aberto	2.745.108	1.316.503
Carteira própria (Nota 5)	897.774	1.642.199	Carteira própria	11.385	21.504
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 5)	11.479	21.619	Carteira de terceiros	2.733.723	1.294.999
Vinculados à prestação de garantia (Nota 5)	2.379.087	2.117.769	Relações interfinanceiras	7.398	8.123
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	2.595.590	2.356.162	Sistemas de liquidação	7.351	8.123
Relações interfinanceiras	214.399	565.290	Correspondentes	47	-
Correspondentes	99	1.065	Relações interdependências	43.976	111.194
Depósitos no Banco Central	145.977	515.341	Recursos em trânsito de terceiros	43.976	111.194
Sistemas de liquidação	68.323	48.884	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	3.330.531	2.514.311
Relações interdependências	51	3	Outras obrigações	2.537.950	2.330.013
Relações interdependências	51	3	Carteira de câmbio	2.110.444	1.871.336
Operações de crédito (Nota 6)	433.737	693.172	Sociais e estatutárias	87.447	85.084
Setor privado	433.939	694.323	Fiscais e previdenciárias	128.516	135.566
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(202)	(1.151)	Negociação e intermediação de valores	118.111	143.683
Outros créditos	2.453.294	2.267.006	Diversas	93.432	94.334
Carteira de câmbio (Nota 7)	2.107.441	1.857.920	Exigível a longo prazo	5.598.640	7.265.951
Rendas a receber	44.162	32.036	Depósitos	3.416.985	5.791.711
Negociação e intermediação de valores	187.318	143.638	Depósitos a prazo	3.416.985	5.761.265
Diversos	114.373	233.412	Depósitos interfinanceiros	-	30.446
Outros valores e bens	1.124	577	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	1.972.226	1.282.650
Despesas antecipadas	1.124	577	Outras obrigações	209.429	191.590
Realizável a longo prazo	1.920.590	2.031.625	Fiscais e previdenciárias	147.338	143.379
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	33.981	58.713	Diversas	62.091	48.211
Aplicações em depósitos interfinanceiros	33.981	58.713	Resultado de exercícios futuros	1.733	1.951
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.334.399	1.454.149	Patrimônio líquido	2.243.701	2.043.235
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	1.334.399	1.454.149	Capital social	1.871.043	1.776.333
Operações de crédito (Nota 6)	226.553	250.420	De domiciliados no exterior	1.871.043	1.776.333
Setor privado	226.553	250.420	Reservas de lucros	372.658	266.902
Outros créditos	325.642	268.238			
Diversos	325.642	268.238			
Outros valores e bens	15	105			
Despesas antecipadas	15	105			
Permanente	59.857	43.156			
Investimentos (Nota 10)	11	11			
Outros investimentos	11	11			
Imobilizado de uso (Nota 11)	59.846	43.145			
Imobilizações de uso	131.829	95.265			
(-) Depreciação acumulada	(71.983)	(52.120)			
TOTAL	22.905.445	20.537.266	TOTAL	22.905.445	20.537.266

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Capital	Aumento de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.269.845	506.488	19.045	53.774	-	1.849.152
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	103.620	103.620
Aumento de capital (Nota 12)	506.488	(506.488)	-	-	-	-
Reservas estatutárias (Nota 12)	-	-	-	90.463	-	90.463
Saldos em 30 de junho de 2017	1.776.333	-	19.045	144.237	103.620	2.043.235
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.776.333	94.710	32.099	266.008	-	2.169.150
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	74.551	74.551
Aumento de capital (Nota 12)	94.710	(94.710)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	1.871.043	-	32.099	266.008	74.551	2.243.701

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), está constituído, sob a forma de banco múltiplo e de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento, câmbio, crédito, derivativos e renda fixa.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, conforme sua aplicação, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e de contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na seleção do prazo de vida útil de certos ativos e no prazo de realização do crédito tributário. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (f) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN 4.535/16;
- (k) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 27 de agosto de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

3.2. O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros e relações interfinanceiras com correspondentes, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 27.1).

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, e deduzidas de provisão para desvalorização quando aplicável.

3.5. As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais em bases "pro rata" dia (Nota 7).

3.6. As operações de intermediação de negociação de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.7. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores; observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e as alterações posteriores do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis: de AA (risco mínimo) até H (risco máximo). As operações de crédito são pós-fixadas e registradas pelo valor principal acrescido dos rendimentos auferidos, calculados "pro rata" dia até 60 dias de atraso, após este período são reconhecidos quando do recebimento de caixa.

3.8. Os bens do imobilizado de uso estão contabilizados ao custo de aquisição. A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados e em 10 anos para sistemas de comunicação, instalações, móveis e equipamentos de uso. Anualmente, o Banco efetua teste de recuperabilidade do ativo imobilizado.

3.9. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda de 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites, e contribuição social de 20%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

3.10. O Banco adota o procedimento de reconhecer o crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações foi contabilizado em contrapartida à despesa/receita com imposto de renda e contribuição social, registrada na linha de ativo fiscal diferido na demonstração de resultado. Os créditos tributários foram constituídos com base em estudo feito pela Administração e considerando a expectativa futura de sua realização.

3.11. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição segundo a intenção da Administração. Todos os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Títulos para Negociação" no ativo circulante; considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado - em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.12. De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição segundo a intenção da Administração para fins ou não de proteção ("hedge"). As operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) foram contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As posições desses instrumentos têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

3.13. O reconhecimento, a mensuração, a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, conforme descrito abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias", representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias; cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, e constituídas pelo valor integral em discussão.

3.14. Outros ativos e passivos
Os ativos foram demonstrados pelos valores de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e a provisão para perda. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

3.15. Transações envolvendo pagamento baseado em ações
Funcionários elegíveis do Grupo, inclusive executivos seniores, recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, no qual prestam serviços e são remunerados segundo os valores referenciados às ações do Bank of America Corporation negociadas na "New York Stock Exchange" (NYSE) sob o código BAC, podendo ser liquidadas somente com caixa ("transações liquidadas com caixa").

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Receitas da intermediação financeira (Nota 20)	723.634	722.746
Operações de crédito	29.341	62.755
Resultado com títulos e valores mobiliários	443.315	508.535
Operações com instrumentos financeiros derivativos	161.476	128.050
Resultado de operações de câmbio	89.502	23.406
Despesas da intermediação financeira (Nota 21)	(533.993)	(454.411)
Operações de captação no mercado	(344.220)	(453.978)
Operações de empréstimos e repasses	(189.898)	(1.586)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	125	1.153
Resultado bruto da intermediação financeira	189.641	268.335
Outras receitas/(despesas) operacionais	(39.724)	(86.386)
Receitas de prestação de serviços	313.058	207.104
Despesas de pessoal	(224.482)	(204.572)
Outras despesas administrativas	(98.783)	(79.145)
Despesas tributárias	(32.899)	(25.546)
Outras receitas operacionais	13.918	19.810
Outras despesas operacionais	(10.536)	(4.037)
Resultado operacional	149.917	181.949
Resultado não operacional	(13)	(1.318)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	149.904	180.631
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8a)	(75.353)	(77.011)
Provisão para imposto de renda	(36.825)	(30.389)
Provisão para contribuição social	(21.994)	(16.881)
Ativo fiscal diferido	(16.534)	(29.741)
Lucro líquido do semestre	74.551	103.620
Quantidade de ações 598.330.140		
Lucro líquido por ação - R\$	0,12	0,18

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais	1.370.741	3.336.198
Lucro líquido ajustado	94.308	127.711
Lucro líquido do semestre	74.551	103.620
Ajustes ao lucro líquido:		
Despesas de depreciação e amortização	13.966	5.487
Prejuízo na baixa do imobilizado de uso/intangível	1.164	1.318
(Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(125)	(1.153)
Provisões atuariais	1.073	4.126
Provisão de contingências e obrigações legais	(2.422)	6.841
Atualização depósitos judiciais	(4.331)	(17.676)
Atualização depósitos compulsórios	(7.099)	(5.771)
Créditos fiscais diferidos	16.534	29.741
Obrigações fiscais diferidas	997	1.178
Variação de ativos e passivos	1.276.433	3.208.087
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	352.022	(320.866)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
 (valores expressos em milhares de Reais)

	Valor de mercado		2018 Valor nominal	Valor de mercado		2017 Valor nominal
	Valor a receber	Valor a pagar		Valor a receber	Valor a pagar	
Operações com opções						
Posição comprada						
Dólar	44.734	-	1.606.406	32.012	-	1.572.246
Posição vendida						
Dólar	-	(44.734)	1.606.406	-	(32.012)	1.572.246
Operações a termo						
Títulos públicos	760.781	(761.236)	760.200	1.184.114	(1.184.278)	1.184.166
Moeda - NDF	710.500	(640.202)	25.998.438	436.111	(467.500)	28.490.270
Cambial (Nota 7)	-	-	-	433	-	-
CVA/LVA	(39.442)	-	-	(34.757)	-	-
Total	3.929.989	(5.302.757)	85.893.719	3.810.311	(3.796.961)	95.710.302

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Ativo	2018		2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Operações de "swap"	2.362.115	2.453.416	2.087.637	2.192.398
Prêmio de opções	50.771	44.734	50.134	32.012
Operações a termo	1.441.721	1.471.281	744.146	1.620.658
CVA/LVA	-	(39.442)	-	(34.757)
Total	3.854.607	3.929.989	2.881.917	3.810.311
Passivo				
Operações de "swap"	(3.992.408)	(3.856.585)	(2.045.557)	(2.113.171)
Prêmio de opções	(52.003)	(44.734)	(51.226)	(32.012)
Operações a termo	(1.347.398)	(1.401.438)	(1.226.896)	(1.651.778)
Total	(5.391.809)	(5.302.757)	(3.323.679)	(3.796.961)

(c) Composição do valor de mercado por vencimentos

Posição ativa	2018					
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Operações de "swap"	551.241	32.654	112.918	500.187	1.256.416	2.453.416
Prêmio de opções	2.776	462	1.985	14.601	24.910	44.734
Operações a termo	1.198.302	47.956	48.796	91.338	84.889	1.471.281
CVA/LVA	(1.451)	(132)	(973)	(5.070)	(31.816)	(39.442)
Total	1.750.868	80.940	162.726	601.056	1.334.399	3.929.989
Posição passiva						
Operações de "swap"	1.079.033	57.515	328.376	503.319	1.888.342	3.856.585
Prêmio de opções	2.776	462	1.985	14.601	24.910	44.734
Operações a termo	1.114.537	48.897	90.981	88.049	58.974	1.401.438
Total	2.196.346	106.874	421.342	605.969	1.972.226	5.302.757
Valor referencial						
Operações de "swap"	17.496.708	1.021.315	4.772.362	6.370.169	26.261.715	55.922.269
Prêmio de opções	394.915	31.772	166.475	1.260.000	1.359.650	3.212.812
Operações a termo	19.639.786	1.283.223	1.668.404	3.080.230	1.086.995	26.758.638
Total	37.531.409	2.336.310	6.607.241	10.710.399	28.708.360	85.893.719
Posição ativa						
Operações de "swap"	220.808	73.841	99.464	360.632	1.437.653	2.192.398
Prêmio de opções	8.058	1.950	7.337	6.952	7.715	32.012
Operações a termo	1.473.867	35.892	33.293	40.467	37.139	1.620.658
CVA/LVA	(3.550)	(433)	(1.411)	(1.005)	(28.358)	(34.757)
Total	1.699.183	111.250	138.683	407.046	1.454.149	3.810.311
Posição passiva						
Operações de "swap"	62.982	70.880	232.532	525.817	1.220.960	2.113.171
Prêmio de opções	8.058	1.950	7.337	6.952	7.715	32.012
Operações a termo	1.469.622	28.457	33.645	66.079	53.975	1.651.778
Total	1.540.662	101.287	273.514	598.848	1.282.650	3.796.961

Valor referencial	2018					
	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Operações de "swap"	3.459.569	2.299.160	4.100.895	11.217.566	41.814.184	62.891.374
Prêmio de opções	1.789.705	120.821	465.891	376.687	391.388	3.144.492
Operações a termo	23.333.950	2.003.695	1.692.121	1.918.862	725.808	29.674.436
Total	28.583.224	4.423.676	6.258.907	13.513.115	42.931.380	95.710.302

(d) Valor de mercado por local de negociação

As operações de instrumentos financeiros derivativos relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 estavam registradas na B3. Para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos são utilizados os seguintes critérios: "swap", termos e futuros com base nas cotações e taxas publicadas pela B3 e informações disponibilizadas pela Bloomberg; e para as opções se adota modelos de precificação "Black & Scholes".

	2018					2017
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor a receber	Valor a pagar	
Swap cambial	244	(2.994)	2.822.279	-	-	-
Moeda estrangeira	13	(161)	3.407.516	1.158	(452)	1.158
Depósito interfinanceiro	2.988	(1.880)	5.664.844	2.833	(3.195)	6.343.712
DDI	76.048	(5.046)	26.056.453	3.232	(3.690)	14.913.271
Total	79.293	(10.081)	37.951.092	7.223	(7.337)	21.258.141

14. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	2018				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Depósitos à vista	681.242	-	-	-	681.242
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-
CDB Pós-fixado	-	2.180.463	2.783.657	3.416.985	8.381.105
Depósitos interfinanceiros	-	246.221	-	-	246.221
Depósitos Interfinanceiros Pré-fixado	-	96.692	408.133	-	504.825
Depósitos Interfinanceiros Pós-fixado	-	-	-	-	-
Total	681.242	2.523.376	3.191.790	3.416.985	9.813.393
Depósitos à vista					
Depósitos a prazo	541.939	-	-	-	541.939
CDB Pós-fixado	-	448.885	3.292.562	5.761.265	9.502.712
Depósitos interfinanceiros	-	213.700	-	-	213.700
Depósitos Interfinanceiros Pré-fixado	-	-	448.899	30.446	479.345
Depósitos Interfinanceiros Pós-fixado	-	-	-	-	-
Total	541.939	662.585	3.741.461	5.791.711	10.737.696

15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A composição das captações no mercado aberto é a seguinte:

Carteira própria	2018		2017	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.385	11.385	21.512	21.504
Carteira de terceiros				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.000.492	2.000.163	1.295.456	1.294.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	733.680	733.560	-	-
Total	2.745.557	2.745.108	1.316.968	1.316.503

Em 30 de junho de 2018, as captações no mercado aberto possuem vencimentos em julho de 2018 e, em 30 de junho de 2017, possuem seus vencimentos em julho de 2017.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

A composição das outras obrigações sociais e estatutárias é a seguinte:

	2018	2017
Programa de participação nos resultados	62.247	62.586
Programa de participação nos resultados baseada em ações (1)	25.200	22.498
Total	87.447	85.084
Circulante	87.447	85.084

(1) Plano de remuneração baseado em ações.

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento com base em valores divulgados pela NYSE. Em 30 de junho de 2018 e de 2017, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2018 ou 2017.

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As "Obrigações fiscais e previdenciárias" são compostas por:

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais (Nota 18)	114.729	109.781
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	57.822	46.092
Impostos e contribuições sobre salários	42.775	43.572
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 8d)	32.610	69.360
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	22.521	6.044
Outros impostos a pagar (1)	5.397	4.096
Total	275.854	278.945
Circulante	128.516	135.566
Exigível a longo prazo	147.338	143.379

(1) O saldo corresponde, principalmente, a imposto sobre serviços próprios no valor de R\$ 2.550 (R\$ 1.671 em 2017) e provisão de PIS e COFINS no valor de R\$ 398 e R\$ 2.449 respectivamente (R\$ 339 e R\$ 2.085 em 2017).

18. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências como segue:

(a) **Ativos contingentes:** não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) **Provisões constituídas**

Composição dos saldos patrimoniais

	2018	2017
Depósitos judiciais		
Obrigações legais e outros passivos contingentes	218.910	309.401
Trabalhistas	581	508
Total (Nota 8)	219.491	309.909
Provisões		
Obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 17) (1)	114.729	109.781
Trabalhistas (Nota 19)	48.633	48.211
Outros	47	42
Total	163.409	158.034

(1) Os depósitos judiciais em garantia vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes. Dentre os depósitos efetuados, destacamos os que garantem as teses de: (i) INSS sobre participação nos lucros e resultados - R\$ 77.213 (R\$ 174.034 em 2017); (ii) PIS e Cofins Lei nº 9.718/98 - R\$ 141.364 (R\$ 135.034 em 2017); e, (iii) Outros - R\$ 333 (R\$ 333 em 2017).

Com base na evolução das questões judiciais em discussão, o Banco reconheceu a atualização monetária sobre os depósitos judiciais e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingentes. No decorrer do 1º semestre de 2018 foram reconhecidos R\$ 4.331 (R\$ 17.676 em 2017) em "outras receitas operacionais" referentes à atualização dos depósitos judiciais e R\$ 2.422 (R\$ 6.841 em 2017) em "outras despesas operacionais" referentes à atualização das obrigações legais.

(c) Movimentação dos saldos patrimoniais

	2018	2017
Saldo inicial	165.831	151.193
Movimentações no período	(2.422)	6.841
Saldo final	163.409	158.034

(c.1) **Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
 O Banco é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25 (aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09), são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificados como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(c.1.1) Obrigações legais

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela seguinte discussão: (i) alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representar obrigação legal, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(c.1.2) Passivos contingentes

(c.1.2.1) Tributários

O Banco também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios no valor de R\$ 404.666 (R\$ 362.558 em 2017), que envolve as seguintes discussões: (i) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 275.125 (R\$ 265.473 em 2017); (ii) dedutibilidade das perdas oriundas de renegociação de crédito no valor de R\$ 75.233 (R\$ 71.880 em 2017); (iii) dedutibilidade na base do IRPJ das despesas relativas a gratificações no valor de R\$ 46.912 (R\$ 18.093 em 2017); (iv) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 no valor de R\$ 6.734 (R\$ 6.471 em 2017); e (v) outros - R\$ 662 (R\$ 641 em 2017). Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

(c.1.2.2) Trabalhistas

Em 30 de junho de 2018, com base no prognóstico de consultores jurídicos, o Banco possui causas trabalhistas classificadas como prováveis no montante de R\$ 48.633 (R\$ 48.211 em 2017) e dessa forma foram provisionadas (Nota 19). Litígios trabalhistas baseados em prognóstico de consultores jurídicos com possíveis chances de perdas estão estimados em R\$ 59.055 (R\$ 74.641 em 2017). Estes litígios trabalhistas não estão provisionados dado seu prognóstico de perda possível.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2018	2017
Boletos a processar	68.233	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(valores expressos em milhares de Reais)

Tipo de operação	Vencimento	Taxa	2018	2017
Negociação e intermediação de valores	02/07/2018 07/07/2017		(118.111)	-
Valores a pagar sociedades ligadas			(364)	(996)
Total passivos			(4.472.830)	(2.688.711)

(1) O saldo de "valores a receber sociedades ligadas", subgrupo de Outros créditos - Diversos no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional prestados pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado "Receitas de prestação de serviços".

(2) As taxas aplicadas nos instrumentos financeiros derivativos são diversas e foram negociadas conforme cada tipo de operação e vencimento na data da contratação de acordo com as taxas aplicadas junto aos demais clientes e mercado.

(b) Saldos do final dos semestres apresentados no resultado decorrentes de operações junto à não Controladoras e Controladas

Tipo de operação	2018	2017
Resultado com títulos e valores mobiliários	82	171
Operações com instrumentos financeiros derivativos	162.386	304.182
Receitas de prestação de serviços e outros	214.339	186.976
Operações de captação no mercado	(1.121)	(55.189)
Operações de empréstimos e repasses	(87.533)	(1.407)
Despesas com prestação de serviços	(3.039)	-
Recuperação de despesas	54.741	45.118

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil, registradas em despesas de pessoal, estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Plano de benefícios de longo prazo	18.485	15.803
Encargos e multa rescisória	12.960	15.030
Participação nos lucros e gratificações	13.601	14.442
Salários e benefícios	6.627	7.324
Previdência privada	570	450
Total	52.243	53.049

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes é composto pelo seguinte:

	2018	2017
Disponibilidades em moeda estrangeira	694.897	403.762
Aplicações em operações compromissadas	11.105.501	8.014.995
Relações interfinanceiras - correspondentes	99	1.065
Total	11.800.497	8.419.822

27.2. Em atendimento às Resoluções nº 4.433/2015 e nº 4.567/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 886 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

27.3. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05 o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. Os montantes sujeitos à compensação são resumidos a seguir:

I. Composição do valor a receber/pagar por indexador

	2018		2017	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor a receber	Valor a pagar
Operações de "swap"				
CDI x CDI	-	-	-	-
CDI x Dólar	(1.743.439)	-	229.430	(84.959)
CDI x Euro	6.617	(8.371)	-	-
CDI x IGPM	-	-	459	-
CDI x IPCA	-	(238.826)	35.729	(141.931)
CDI x Libor	2.736	(934.660)	273.476	(513.278)
CDI x Pré	-	(7.725)	-	(24.439)
Dólar x CDI	685.605	-	12.828	(137.375)
Dólar x Euro	217.442	-	-	-
Dólar x IPCA	39.102	-	-	-
Dólar x Euro	-	-	328.071	-
Dólar x Libor	10.122	(8.149)	30.656	(7.835)
Dólar x Pré	172.122	-	104.007	(17.808)
Euro x CDI	20.450	-	-	-
Euro x Euro	-	-	10.163	(10.034)
Euro x Dólar	-	(67.009)	-	(67.395)
Euro x Libor	2.308	-	1.336	-
Euro x Pré	127.121	-	10.499	-
IGPM x CDI	-	-	-	(393)
IPCA x CDI	126.549	-	55.842	-
Libor x CDI	644.376	-	25.681	-
Libor x Dólar	13.528	-	18.460	-
Libor x Euro	-	(2.143)	-	(1.148)
Libor x Pré	41.578	-	7.473	-
Pré x CDI	28.128	(404)	16.245	-
Pré x Dólar	-	(182.940)	7.541	(57.273)
Pré x Euro	-	(128.762)	-	(9.711)
Pré x Libor	-	(218.527)	-	(15.285)
Operações com opções				
Dólar	44.734	(44.734)	32.012	(32.012)
Operações a termo				
Moeda - NDF	546.159	(475.861)	302.220	(333.608)
Títulos Públicos	919	(641)	314	(478)
Total	2.729.596	(4.062.191)	1.502.442	(1.454.962)

28. GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

O arcabouço de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para uma gestão consistente e eficiente dos diversos riscos que o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado") que é composto pelas empresas Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A estrutura de governança de gestão de riscos aplica-se a todos os funcionários e colaboradores da organização e estabelece papéis e responsabilidades para fins do gerenciamento de riscos para as distintas áreas da organização, divididas em três linhas de defesa: (i) negócios e respectivas áreas de controle; (ii) unidades independentes de risco e demais áreas de controle e (iii) auditoria interna. Esta estrutura atua, fornecendo o modelo de como a organização estabelece o apetite de risco e seus respectivos limites para atividades da instituição, via uma estrutura de alçadas delegadas a comitês, e executivos da organização em seus diversos níveis, supervisionada pela Diretoria e comitês regionais.

O Conglomerado gerencia estes riscos segundo o citado arcabouço global, composto por políticas, processos, sistemas, rotinas e procedimentos. Apesar da responsabilidade pela gestão de risco ser atribuída a todos os colaboradores da organização, a unidade de riscos gerencia os riscos da organização através de análises tempestivas e independentes das áreas de negócios (primeira linha de defesa), atuando como a segunda linha de defesa.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado integrou, em fevereiro de 2018, a gestão dos distintos tipos de risco na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade do Chief Risk Officer ("CRO") e supervisão do Comitê de Gestão de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite de riscos, documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS), bem como, estratégias para a gestão desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada.

A estrutura de gestão integrada de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

Risco de Crédito: O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para a gestão e monitoramento do risco de crédito. As áreas de Análise e de Risco de Crédito, trabalhando com as áreas de Gestão de Risco, avaliam a qualidade de crédito dos clientes corporativos (existentes e potenciais), institucionais e dos emissores de dívida, determinando limites de acordo com as respectivas classificações de risco de crédito (risk rating). Também são responsáveis pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos, trabalhando ativamente, e de forma independente, com todas as unidades de negócios do Conglomerado para gerenciar e mitigar o risco de crédito. As respectivas áreas de Análise e de Risco de Crédito utilizam várias metodologias para estabelecer limites de exposição e perda potencial resultante do descumprimento das obrigações contratuais estabelecidas com os distintos tipos de clientes. As áreas de Análise e de Risco de Crédito realizam revisões periódicas da carteira, monitoram a capacidade financeira da contraparte e avaliam os riscos potenciais de transação visando a identificação prévia de créditos problemáticos e a necessidade de mitigação de risco nas exposições que venham exceder os limites pré-estabelecidos. Adicionalmente, revisam tendências setoriais, regionais e macroeconômicas, com o objetivo de mitigar riscos de concentração de qualquer natureza. A composição detalhada da carteira de crédito é informada regularmente ao Comitê de Risco de Crédito ("BCRC"). Subordinado ao BMRC, o BCRC é responsável por supervisionar: (i) as exposições de crédito e ações para assegurar a adequada provisão para perdas de crédito; (ii) o risco de concentração e a qualidade da carteira, bem como, o impacto dos riscos de crédito no planejamento estratégico do Conglomerado; (iii) os níveis de provisão para créditos de liquidação duvidosa e sua aderência aos critérios estabelecidos; (iv) as políticas, procedimentos e processos de crédito e (v) a aderência às métricas quantitativas relativas ao risco de crédito estabelecidas na RAS.

Risco Socioambiental: O Conglomerado possui uma política de Responsabilidade Socioambiental e estabelece as diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14. Adicionalmente, as Políticas de Risco de Crédito estabelecem requerimentos específicos para a gestão dos riscos socioambientais.

Risco Operacional: O Conglomerado define risco operacional como o risco de perdas resultante de eventos externos ou de sistemas, pessoas e processos internos inadequados ou falhos. A área de Gestão de Risco Operacional é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas linhas de negócios.

Risco de Conformidade (Compliance): O Conglomerado define esse risco como aquele decorrente de sanções legais e/ou regulatórias capazes de acarretar perdas financeiras materiais bem como, causar danos reputacionais decorrentes do descumprimento de leis, regras, parâmetros e/ou códigos de conduta. A política de Compliance segue as diretrizes globais bem como os requerimentos locais da Resolução nº 4.595/17 do Conselho Monetário Nacional.

A gestão dos riscos operacionais e de compliance é realizada através do Comitê de Riscos e Controles ("BRCC"). Subordinado ao BMRC, o BRCC tem com responsabilidades: (i) identificar, escalar e debater os riscos operacionais e de compliance, conforme apropriado; (ii) revisar e recomendar a aprovação de políticas, procedimentos e processos de risco operacional e de compliance; (iii) fornecer subsídios às métricas da RAS, monitorando a aderência às métricas quantitativas aplicáveis ao risco operacional; (iv) assegurar a adequação, solidez e eficácia das estruturas de controles; (v) revisar e assegurar que os planos de continuidade de negócios estabeleçam procedimentos e prazos estimados para o restabelecimento e recuperação das atividades em caso de interrupção dos processos críticos de negócios, bem como, as ações de comunicação necessárias; e (vi) promover a compreensão e o cumprimento de todas as leis e regulamentos locais relevantes.

Risco de Mercado: O Conglomerado define o risco de mercado como o risco de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado que possam afetar negativamente o valor dos seus ativos e passivos. A área de gestão de Risco de Mercado possui ferramentas capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado aplicáveis às operações realizadas pelo Conglomerado, apoiados por uma estrutura de limites, relatórios e políticas que seguem as diretrizes globais, bem como os requerimentos regulatórios do Banco Central do Brasil.

Risco de Liquidez: O Conglomerado define o risco de liquidez como aquele decorrente da capacidade financeira da instituição honrar seus compromissos de curto, médio ou longo prazo, e dos efeitos da insuficiência e/ou inadequação das fontes de recursos para cumprir suas obrigações imediatas. Para o adequado gerenciamento do risco de liquidez, o Conglomerado possui robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição; análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos; elaboração de cenários de estresse contemplando uma variada combinação de fatores de risco e variáveis de mercado; avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos; planos de contingência de liquidez e instrumentos de captação, entre outros.

Os Riscos de Liquidez, de Mercado e Gerenciamento de Capital são regularmente monitorados e reportados no Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos de Mercado ("ALMRC"). O ALMRC, subordina-se ao BMRC e tem como principais responsabilidades: (i) supervisionar a posição de ativos, passivos e exposição cambial; os riscos de variação de taxas de juros; preços e liquidez levando em consideração as condições normais e estressadas; (ii) revisar e recomendar para a aprovação as políticas de gerenciamento de capital; risco de mercado e risco de liquidez - bem como as respectivas estruturas de limites e planos de contingência de liquidez; (iii) avaliar o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária; e (iv) monitorar a aderência às métricas quantitativas relativas ao risco de mercado, liquidez e capital.

Risco Reputacional: O Conglomerado define o risco reputacional como aquele decorrente de percepções negativas das práticas de negócios do Conglomerado e/ou da conduta de seus colaboradores que prejudiquem a rentabilidade e as transações futuras, afetando a capacidade de estabelecer novos relacionamentos e/ou manter os relacionamentos comerciais existentes ou, ainda, que venham a prejudicar o relacionamento com investidores, reguladores, funcionários e/ou com a comunidade. O risco reputacional é gerenciado através de políticas e controles de processos de gestão de risco e negócios para mitigar riscos à reputação de forma tempestiva e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos de risco reputacional. O ambiente de controle visa evitar que riscos reputacionais ocorram. Os funcionários são responsáveis pela reputação da empresa, devendo agir ética e legalmente, em conformidade com as políticas e padrões definidos no Código de Conduta e evitando participar de atividades potencialmente prejudiciais à reputação do Conglomerado.

Risco de Estratégia: O Conglomerado define o risco de estratégia como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, fora dos segmentos considerados foco ou ambíguas; execução deficiente da estratégia de negócios ou inabilidade de reagir em tempo hábil às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações dos concorrentes, alteração das preferências do cliente, obsolescência de produtos e desenvolvimentos de tecnologia.

Gerenciamento de Capital: A partir de 31 de dezembro de 2012 a abordagem de gerenciamento de capital consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução 3.988/11. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas à gestão de risco referente ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

DIRETORIA

RICARDO KENJI MUKAI – Contador – 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018;

- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição;
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou

com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3